

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO

Emitente: Controladoria Interna de Governo

Gestor responsável: Victor Gomes Barbieri

Exercício: 2015

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Procedimentos de controle adotados

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto*
1.1.1	Renúncia de receitas – avaliação de projetos	LC 101/2000, art. 1º, § 1º. Legislação específica.	Avaliar se os projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão.	Sim Houve acompanhamento e avaliação de todos os resultados e benefícios esperados.
1.1.2	Avaliação atuarial	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I.	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou avaliação atuarial inicial e têm realizado reavaliações atuariais em cada balanço, bem como, se têm realizado auditoria, através de entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	Sim A avaliação atuarial é realizada a cada balanço com consequente registro contábil oportuno.
1.1.3	Contribuições previdenciárias - recolhimento	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.	Verificar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e se os parcelamentos de débitos previdenciários recolhidos regularmente e se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.	Sim O registro das contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e dos parcelamentos de débitos previdenciários está sendo realizado de forma individualizada.

1.1.4	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem de suas exigibilidades.	Sim Os passivos estão sendo pagos com base na ordem cronológica de suas exigibilidades
1.1.5	Déficit orçamentário – medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Sim Durante a execução do orçamento, quando verificada a situação de déficit orçamentário e financeiro há a expedição de ato específico limitando empenho e contingenciando despesas inicialmente autorizadas para o exercício.
1.1.6	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Sim Todas as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.
1.1.7	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Sim Foram realizadas as retenções na fonte dos tributos devidos pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração.
1.1.8	Registros contábeis – normas brasileiras de contabilidade	Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Sim Foram verificadas inconsistências na escrituração contábil. Entretanto, o órgão de central de controle interno promoveu trabalho de revisão dos registros contábeis das demonstrações individualizadas e consolidada referente ao exercício financeiro de 2015, apontando as adequações necessárias.
1.1.9	Despesas – realização de despesas - irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Sim Houve apenas a ocorrência das situações descritas no item a seguir.
1.1.10	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Sim Foram realizados pagamentos por indenização, referentes à prestação de serviços e aquisições de itens de consumo.
1.1.11	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Sim Foram observados os pré-requisitos estabelecidos no art. 63 da Lei 4.320/64, com exceção dos casos informados no item anterior.

1.1.12	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Sim Não houve pagamento de despesas sem regular liquidação.
1.1.13	Despesa – desvio de finalidade	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Sim Observou-se a vinculação dos recursos a sua finalidade específica durante o exercício de 2015.
1.1.14	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções	Legislação específica	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Sim Todas as subvenções, contribuições e auxílios tiveram previsão legal.
1.1.15	Despesa – subvenção social	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Sim A concessão de subvenções sociais obedeceu ao disposto no parágrafo único do art. 16 da Lei 4.320/64.

* Informar "sim" para o ponto de controle avaliado e "não" para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação pela UCCI.

1.2 Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto*
1.2.1	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Sim Todas as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.
1.2.2	Disponibilidades financeiras – RPPS – contas específicas	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas do Instituto de Previdência. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	Sim As disponibilidades financeiras do RPPS foram depositadas em contas específicas do Instituto.
1.2.3	Disponibilidades financeiras – RPPS – limites e condições de proteção e prudência nas aplicações	LC 101/2000, art. 43, § 1º. Lei nº 9.717/1998, art. 6, inciso IV. Resolução CMN nº 3.922/2010.	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho Monetário Nacional.	Sim Aplicações financeiras dos recursos específicos do Instituto de Previdência respeitaram as condições de proteção e prudência estabelecidas na legislação pertinente.
1.2.4	Disponibilidades financeiras – RPPS – vedações	LC 101/2000, art. 43, §2º	Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.	Sim Foram respeitadas as vedações contidas no § 2º, do artigo 43, da LRF.
1.2.5	RPPS – registro	LC 101/2000,	Avaliar se o RPPS realiza	Sim

	matemático das provisões matemáticas	art. 69. Lei 4.320/1964, art. 100. Resolução CFC nº 750/1993, arts. 6º e 10. Portaria MPS 21/2013 e correlatas.	escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.	O RPPS realiza escrituração em observância às normas de contabilidade e atuária.
1.2.6	Dívida Ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar e os créditos tributários não recebidos estão sendo objeto de inscrição em dívida ativa antes de sua prescrição e se a dívida ativa constituída está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.	Sim Os tributos não recebidos estão sendo regularmente inscritos em dívida ativa. Além disso, o município adotou método de cobrança extrajudicial com protesto em cartório, como estratégia de recuperação de receita.
1.2.7	Dívida Ativa e demais créditos tributários – cancelamento	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados previstas na LDO.	Sim A previsão para o cancelamento dos créditos inscritos em dívida ativa está contida na Lei 6.818/2013, com a possibilidade de cancelamento de créditos com o valor de até 40 UFCIs.
1.2.8	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Sim Houve cancelamento de restos a pagar, entretanto, foram feitas análises prévias acerca de tais cancelamentos.
1.2.9	Registros bens móveis e imóveis	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Sim As demonstrações contábeis refletem parcialmente o valor informado nos inventários anuais, bem como as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão. Neste sentido, recomenda-se que o município, através dos seus órgãos de controle patrimonial, promova adequações na realização de inventário físico e adoção de procedimentos de reavaliação de seus bens patrimoniais anualmente.
1.2.10	Registro de bens permanentes	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Sim Os registros analíticos de bens permanentes estão sendo parcialmente realizados conforme pressupõe a legislação vigente, conforme indicado no item anterior.

* Informar "sim" para o ponto de controle avaliado e "não" para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação pela UCCI.

1.3 Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto*
1.3.1	Pessoal função confiança cargos comissão	– de e em CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Sim As funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores efetivos, bem como os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme estabelecido na Lei municipal 6.450/2010.
1.3.2	Pessoal função confiança cargos comissão	– de e em Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Sim A lei 6.450/2010 definiu a estrutura organizacional e os cargos para todos os órgãos da administração direta. O percentual de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos cargos de confiança constante de sua Estrutura Administrativa a serem ocupados por servidores públicos municipais efetivos, conforme Lei 7.230/2015.
1.3.3	Pessoal contratação por tempo determinado	– por CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Sim Todas as contratações temporárias são realizadas em caráter temporário e de excepcional interesse público.
1.3.4	Pessoal – teto	CRFB/88, art.37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Sim O pagamento dos servidores, apurados em folha de pagamento obedeceu ao teto remuneratório previsto no art. 31, inc. XI da CF/88.
1.3.5	Pessoal subsídios	– CRFB/88, art. 29, V.	Avaliar se a fixação e o pagamento dos subsídios ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Secretários Municipais observaram o disposto no artigo 29, inciso V, da CRFB/88.	Sim A fixação e o pagamento dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais obedeceu o disposto no art. 29, inc. V da CF/88. As informações relativas ao pagamento de servidores estão disponibilizadas no Portal da Transparência Pública do município.
1.3.6	Segregação de funções	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação,	Sim Há separação clara na execução das funções, conforme estabelecido na Lei

			execução, controle e contabilização das operações.	municipal 6.450/2010.
1.3.7	Realização de despesas sem previsão em lei específica	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Sim Todos os pagamentos estavam autorizados por Lei específica.
1.3.8	Dispensa e inexistência de licitação	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Sim Dentro da amostragem de processos de dispensa e inexigibilidade analisada por este órgão de controle interno, verificou-se o atendimento das disposições contidas nos arts. 24 a 26 da Lei de Licitações. Nos casos em que havia necessidade de sugerir alterações visando a melhor instrução dos processos, estas foram feitas através de manifestação nos próprios autos.

* Informar "sim" para o ponto de controle avaliado e "não" para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação pela UCCI.

2. Auditorias realizadas

Objetivando subsidiar a emissão do parecer final sobre as contas ora avaliadas, realizamos procedimentos de auditoria, seguindo o manual de procedimentos desta Unidade de Controle. Na tabela a seguir, apresentamos os processos que foram objeto de auditoria:

Processo	Objeto	Constatações
---	---	---
Processo	Objeto	Constatações
---	---	---
Processo	Objeto	Constatações
---	---	---
Processo	Objeto	Constatações
---	---	---

3. Irregularidades constatadas

Dos procedimentos de controle e auditorias realizadas por este Órgão Central do Sistema de Controle Interno, foram detectadas as irregularidades apresentadas na tabela a seguir:

Ponto de controle	Base legal	Irregularidade detectada
---	---	---

4. Proposições

Em face das irregularidades e/ou ilegalidades detectadas, esse órgão central do sistema de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições e alertas sintetizados a seguir:

Ponto de controle	Irregularidade/ilegalidade detectada	Proposições/alertas
---	---	---

Na forma do artigo 74, § 1º combinado com o artigo 75 da Constituição Federal, em face das irregularidades

e/ou ilegalidades identificadas, esse órgão central do sistema de controle interno apresentou, para ciência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, as situações apresentadas a seguir:

Ponto de controle	Irregularidade/ilegalidade detectada	Proposições/alertas
---	---	---

5. Parecer conclusivo

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Victor Gomes Barbieri, Secretário Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim-ES, relativa ao exercício de 2015, com objetivo de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, bem como da aplicação de recursos públicos afetos ao Sistema Único de Saúde – Componente Municipal por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios;


IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam adequadamente com ressalvas a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício a que se refere.

5.1 Ressalvas:

As ressalvas verificadas na prestação de contas anual são referentes a aspectos contábeis, tais como mensuração de ativos e reconhecimento de passivos contingentes.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 27 de outubro de 2016.


Luciano Morisco Ribeiro
Controlador Interno de Governo